

UM NOVO ATLAS DE PORTUGAL

O ATLAS DO AMBIENTE

O aparecimento a público das primeiras realizações integradas no projecto do *Atlas do Ambiente* (1) data de 1975, altura em que surgem publicados, em separado, doze dos seus mapas. De então para cá, outros têm sido difundidos, embora a ritmo desigual. As 36 folhas actualmente conhecidas integram-se numa obra mais vasta que abarcará a publicação de um total de 92. Pelo trabalho realizado, pareceu-nos oportuno proceder à análise crítica deste começo de atlas. Faltando, no entanto, um texto que o enquadre e justifique, os comentários a seguir expostos resultam apenas da observação e reflexão a partir dos elementos disponíveis — folhas já publicadas e planos previstos.

O atlas, tal como é conhecido neste momento, constitui-se em folhas separadas, difundidas à medida que vão sendo elaboradas. Cada folha, com um formato de 51 cm × 72 cm, consiste apenas num mapa de Portugal na escala 1:1 000 000 (ocupando aproximadamente 29 cm × 58 cm), retratando um certo tema. As folhas agrupam-se em sete grandes conjuntos, designados por ambientes físico, biológico, biofísico,

(1) Comissão Nacional do Ambiente, Secretaria de Estado do Ambiente, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

humano, natural protegido, degradado e mundial (quadro I). Em cada um desses temas maiores, as folhas são numeradas, nem sempre de modo uniforme (por exemplo, em I, passa-se da folha 13 à 15), e, sobretudo, sem que essa numeração corresponda efectivamente a temas aparentados e previstos.

QUADRO I

Atlas do Ambiente: número de folhas por temas

Temas	Folhas* previstas	Folhas publicadas
I. Ambiente Físico	29	17
II. Ambiente Biológico	22	13
III. Ambiente Biofísico	8	3
IV. Ambiente Humano	23	3
V. Ambiente Natural Protegido	3	—
VI. Ambiente Degradado	5	—
VII. Ambiente no Mundo	2	—

A forma de apresentação do atlas tem certamente algumas vantagens relativamente à dos encadernados: rápido acesso do público às folhas que vão sendo elaboradas; preço acessível se se pensar que a grande maioria das pessoas apenas comprará as folhas em que estiver interessada (o preço global do atlas, em função do número de folhas previstas e do seu custo actual, orçaria pelos 20 000\$00); e, ainda, a possibilidade de substituição rápida dos mapas desactualizados ou esgotados.

Em contrapartida, há também desvantagens nesta forma de apresentação. A desarticulação do conjunto da obra dever-se-á ao facto de ela ser constituída por numerosos fragmentos soltos (mapas e algumas notícias explicativas), elaborados em alturas diferentes, e a que parecem faltar um fio condutor seguro e objectivos claros na execução. Por outro lado, um atlas não deveria ser só constituído por mapas mas integrar também textos explicativos que permitissem a compreensão dos temas abordados e representados. Provavelmente tendo-se apercebido desse facto, a Comissão Nacional do Ambiente decidiu começar também a publicação de notícias explicativas, em pequenos folhetos separados, de que se conhecem actualmente as referentes à *Carta Litológica* (1983) e aos mapas da *Temperatura* (1984) e da *Acidez e Alcalinidade dos Solos* (1984).

Para além da escala dos mapas (1:1 000 000) e do sistema de projecção (Gauss/Elipsóide Internacional), as folhas apresentam uma série de outras características comuns. Assim, cada folha é constituída só por um mapa, embora, nalguns casos, apareçam acessoriamente algumas áreas em escalas maiores ou o país em formato mais reduzido (sem indicação de escala). Em relação a cada mapa, são também fornecidos

os seus elementos fundamentais — título, legenda e escala — e indicações do organismo responsável pela impressão ou, ainda, das entidades que o elaboraram ou cederam informações.

Os mapas apresentam um fundo comum, constituído por uma rede de paralelos e meridianos (amplitude de 1°), que corta toda a representação; pela linha de costa e rede hidrográfica, indicadas a azul; por curvas de nível (100, 200, 400, 700, 1000, 1300 e 1600 metros), a sépia, e por algumas localidades, a preto.

A partir da observação das folhas publicadas, elaborou-se o quadro II, que resume algumas características dessas folhas. Poderão, assim, os menos familiarizados constatar a importância da obra já desenvolvida.

A quase totalidade dos mapas publicados não é inédita. Deles se conhecem edições provisórias ou definitivas da responsabilidade dos organismos competentes, na mesma ou noutras escalas. É o caso das nove cartas climáticas (I.1 a I.7, quadro II) que tinham já sido difundidas no *Atlas Climatológico de Portugal Continental* (edição preliminar, Serviço Meteorológico Nacional, Lisboa, 1974), em escalas menores e sem cores. É também o caso da *Carta de Solos* do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (1971) que foi reproduzida na mesma escala, mantendo-se todas as suas características. Mas muitos outros exemplos poderiam ser citados.

Não nos parece, no entanto, forçoso que o grupo de trabalho difunda apenas obras inéditas e da sua responsabilidade. De facto, a vasta informação de índole cartográfica, disponível à escala do país, mas dispersa, necessitaria de compilação e adequação aos moldes do atlas, tornando-se acessível aos nela interessados. Essa deveria ser, pois, a tarefa fundamental da equipa responsável, certamente tarefa árdua mas de grande utilidade. No entanto, por razões que nos escapam, não houve, em geral, nem a desejável adaptação à escala dos mapas e aos prováveis objectivos do atlas, nem a conveniente uniformização das várias folhas. Estas são, no nosso entender, as maiores deficiências que se lhe podem apontar.

Em muitos mapas não se procedeu à necessária generalização que a escala impunha. Nalguns casos, o elevado número de categorias representadas impede uma leitura global e eficaz. Poderemos citar, como exemplo, a *Carta de Solos* em que as 51 unidades pedológicas, agrupadas em 10 tipos, com identificação que remete para notícia explicativa (?), impedem certamente a grande maioria dos não especialistas da matéria de extrair qualquer ideia de conjunto.

Na *Carta de Capacidade de Uso do Solo* separaram-se, na legenda, as classes de utilização a norte e a sul do Tejo; embora se diga que se segue o «Esboço Geral do Ordenamento Agrário», a norte, e a «Carta de Capacidade de Uso do Solo», a sul desse rio, a maioria dos leitores interrogar-se-á naturalmente sobre o significado de cores idênticas não serem legendadas do mesmo modo. Mais ainda — conseguirão os leitores interpretar as letras que identificam as classes de utilização do solo? Não seria preferível que a legenda fosse uniformizada e apre-

sentada de forma compreensível para a grande maioria, deixando os pormenores para escalas apropriadas?

Nos mapas que representam a cobertura vegetal (II.2 a II.13, quadro II), as manchas de dimensões extremamente reduzidas que a localizam, conjuntamente com a distinção dos vários tipos de distribuição, fazem destes mapas instrumentos pouco utilizáveis. Veja-se, por exemplo, a *Carta da Distribuição de Alfaroqueira e Amendoeira*, ilegível e sub-aproveitada. Este facto é tanto mais lamentável quanto se trata de informações de grande interesse e que não estão acessíveis, mesmo a outras escalas.

No que respeita à apresentação geral das folhas, nota-se também uma condução pouco segura na elaboração do atlas. Assim, os títulos não seguem sempre critérios idênticos e os mapas tanto aparecem designados por *Carta de...*, *Carta da Distribuição de...* ou simplesmente pela indicação do tema. Também no que se refere às legendas se nota a mesma falta de uniformização: por exemplo, os símbolos tanto precedem a sua explicação como é o contrário que acontece.

Pelos processos de representação cartográfica também alguns mapas merecem reparos. Assim, nas cartas climáticas, que utilizam uma representação por isolinhas, faltam por completo os pontos de valores conhecidos que apoiaram a interpolação. Ou será que as estações meteorológicas figuradas nesses mapas — sempre as mesmas — serviram todas e só elas para a interpolação (incluindo também o mapa da *Intensidade Sísmica*)? Estamos em crer que não. Ora, esta informação é importante na leitura dos mapas, na medida em que o número e a distribuição dos pontos de apoio permitem avaliar o grau de rigor da representação. A escolha dos intervalos das isolinhas parece não ter sido sempre criteriosa dado que, neste conjunto de mapas, o número de classes varia de 4 a 13, não parecendo que, nessa diferente escolha, tivesse interferido a quantidade e a validade dos dados disponíveis ou os objectivos dos mapas. Por outro lado, que dizer dos mapas da *Precipitação*, ou das outras cartas climáticas, que mostram, pelo traçado das isolinhas, pouca relação com as formas do relevo? Que critérios foram utilizados na interpolação?

Nos mapas, já referidos, que representam a distribuição da cobertura vegetal, optou-se geralmente por indicar cada um dos tipos vegetais por uma sequência de variação de uma cor em que frequentemente se confunde, pela combinação de cores, a distribuição dominante de um dos tipos vegetais com a dominada do outro, representados no mesmo mapa. Os mapas tornam-se ilegíveis, não só pela fraca expressão das manchas cartografadas como ainda pelas cores utilizadas.

A realização mais importante do atlas é, sem dúvida, a *Carta Administrativa*, elaborada pela equipa orientada pelo Eng.º CORREIA DA CUNHA em colaboração com o Instituto Geográfico e Cadastral. Com duas outras edições nas escalas 1:250 000 (1979) e 1:500 000 (1982), a Comissão Nacional do Ambiente, ao incluir nestes mapas a delimitação das freguesias, mesmo que nalguns casos provisória, preenche uma grande lacuna sentida na nossa cartografia de base.

O que é e o que pretende ser este atlas são perguntas óbvias e que só indirectamente obtêm resposta. Vislumbrar os seus objectivos permite também perceber muitas das escolhas feitas. Parece-nos, assim, que, ao empreender este projecto, se pretendeu atingir dois tipos de público distintos: especialistas diversos que, tendo de conhecer o território ou sobre ele intervir, necessitam de diversificada informação espacial sobre o país; não especialistas ou um público mais vasto para quem não é fácil o acesso ou mesmo o conhecimento da informação disponível. Nem sempre o compromisso, difícil de estabelecer, resultará para uns e outros.

Parece ser claro que a Comissão Nacional do Ambiente pretende, deste modo, colmatar a falta de um verdadeiro atlas nacional, sentida por muitos, já que o único existente, o conhecido *Atlas de Portugal* do geógrafo AMORIM GIRÃO (Coimbra; 1.ª edição, 1941; 2.ª edição, revista e ampliada, 1958), está hoje quase completamente desactualizado. Por isso, apesar das críticas que se lhe possam dirigir, o *Atlas do Ambiente* poderá ter um papel relevante como instrumento de trabalho e, como tal, não deve ser ignorado pelos geógrafos.

MARIA HELENA DIAS